



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

DECISÃO TERMINATIVA

Apelação Cível nº 0000470-77.2014.815.0121 – Comarca de Caiçara

Relator : Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Apelante : Cícero Ferreira da Silva

Advogado : Adilson Alves da Costa

Apelado : Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CARÊNCIA DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO IMPOSTA NO ACÓRDÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. APLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA DECISÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL.

- “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do re 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.”

(STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015).

- “(...) Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá

colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. (...)”. (STF: RE 631.240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014)

Vistos, etc.

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Cícero Ferreira da Silva** contra a sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Caiçara, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, ajuizada em face da **Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A**.

Na sentença (fls. 26/28), o juízo *a quo* **extinguiu o processo sem resolução do mérito**, nos termos do art. 267, incisos I e IV, do CPC, por compreender que o requerimento administrativo constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial relacionada à cobrança do seguro DPVAT.

O apelante afirma que o prévio requerimento administrativo não é requisito para ajuizamento da ação. Nesses termos, assegura fazer *jus* ao recebimento da indenização, pugnando pela reforma da sentença. (fls. 34/38)

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do recurso, para que seja cassada a sentença, com o retorno dos autos à instância de origem (fls. 60/63).

É o relatório.

Decido.

Em suma, o ora recorrente ajuizou a presente ação para o fim de receber o seguro DPVAT. O juízo *a quo*, por sua vez, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, por compreender que o requerimento administrativo constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial relacionada à cobrança do seguro DPVAT.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal — na mesma linha de raciocínio seguida no Recurso Extraordinário nº 631.240, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida — assentou que **a necessidade de prévio requerimento administrativo também é condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712)**.

Vejam-se os julgados acima citados:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A **instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição**. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A **concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua**

análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. **Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir.** 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir.

(RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) (Grifo nosso).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(RE 824712 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015) (Grifo nosso).

Porém, deve ser observada a regra de transição contida nos acórdãos citados.

De acordo com o entendimento esposado no RE nº 631.240, tendo em vista a oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no próprio Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso.

No tocante às ações ajuizadas até a conclusão do julgamento do recurso extraordinário (03/09/2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte:

(I) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito;

(II) caso o INSS (no caso em exame, a seguradora) já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão;

(III) as demais ações que não se enquadrem nos itens (I) e (II) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, a parte contrária será intimada a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a seguradora deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir.

Em todas as hipóteses acima, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como termo de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.

No caso ora em exame, tendo em vista que a ação foi proposta em 01/08/2014 (fl. 18), marco anterior ao julgamento do precedente paradigma (03/09/2014), aplica-se a regra de transição acima exposta, **razão pela qual a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito deve ser anulada, com a baixa dos autos ao juízo de origem para que se proceda o sobrestamento do feito e, conseqüentemente, as providências determinadas no item III da regra de transição descrita no acórdão do Recurso Extraordinário nº 631.240.**

Nesse sentido, já se manifestou a jurisprudência deste Tribunal:

SÚPLICA REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE LAUDO MÉDICO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE APENAS DA NEGATIVA DO PEDIDO EXTRAJUDICIAL. PRESENÇA DE LAUDO TÉCNICO DO HOSPITAL DE TRAUMAS DA PARAÍBA E POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NO CURSO DO PROCESSO. **PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO À FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. SUBSUNÇÃO DO CASO À REGRA DE TRANSIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA APRECIÇÃO DO ARESTO PARADIGMA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL DA IRRESIGNAÇÃO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO.** - "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da

No mesmo sentido, já vem decidindo a jurisprudência pátria:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SOBRESTAMENTO DO FEITO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. 1. Uma vez julgada a adi nº 4627, pelo STF, que reconheceu a constitucionalidade da MP nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, não mais subsiste o sobrestamento do feito. 2. O prévio requerimento administrativo preparatório do pedido judicial, para a cobrança do seguro DPVAT, deve ser exigido apenas para as ações ajuizadas após 03/09/14, sendo dispensado no caso em que a ação foi proposta antes do julgamento do recurso extraordinário nº 631.240/MG, com repercussão geral, pelo plenário do STF, na data mencionada. 3- não ocorre a prescrição, se comprovado nos autos que da ciência da parte vitimada a respeito da sua incapacitação não decorreu o prazo prescrito de 03 anos, até o ajuizamento do feito. Agravo regimental improvido. (TJGO; AC 0508995-19.2008.8.09.0072; Inhumas; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Mendonça de Araújo; DJGO 19/06/2015; Pág. 192)

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO PARA AÇÕES EM CURSO. APLICAÇÃO. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. DECISÃO MANTIDA. I- Considerando que a ação foi ajuizada antes do julgamento do recurso extraordinário com repercussão geral, no qual o STF decidiu que o prévio requerimento administrativo é indispensável para autorizar a propositura da ação, e que não houve integralização processual, utiliza-se a regra de transição que determina o sobrestamento do feito e a intimação da parte autora para requerer administrativamente o benefício pretendido, no prazo de 30 dias, o que deverá ser comprovado nos autos. Após, a parte requerida deve ser intimada para manifestar sobre esse pedido, no prazo de 90 (noventa) dias, período em que deverá colher as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Por fim, a ação será extinta na hipótese de acolhimento administrativo do pedido ou se o mérito do processo administrativo não puder ser analisado devido a razões imputáveis ao postulante. Caso não ocorra alguma dessas duas situações, estará caracterizado o interesse de agir e o processo deve ter regular prosseguimento com o julgamento do mérito. II - não trazendo a recorrente nenhum elemento novo capaz de sustentar a pleiteada reconsideração da decisão fustigada, deve ser desprovido o agravo interno. Agravo regimental conhecido e desprovido. (TJGO; AC 0294385-07.2011.8.09.0175; Goiânia; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Orloff Neves Rocha; DJGO 27/05/2015; Pág. 201)

Por tais razões, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, **dou provimento parcial ao recurso**, ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **anulando a sentença**.

Baixem-se os autos ao juízo de origem, para a observância da regra de transição disposta no acórdão do Recurso Extraordinário nº 631.240.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

João Pessoa, 21 de outubro de 2015.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
RELATOR